



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

**RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 3ª VARA DO  
TRABALHO DE TAQUARA EM 19.08.2015**

Aos 19 dias do mês de agosto de 2015, compareceu à sede da 3ª Vara do Trabalho de Taquara a Excelentíssima Senhora **CARMEN GONZALEZ**, Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da servidora Nádia Beatriz Dadalt, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003804-18.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular LUIS FETTERMANN BOSAK, pelo Juiz Substituto OSVALDO ANTÔNIO DA SILVA STOCHER, pela Diretora de Secretaria KENIA VARELA ALBRECHT, e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

## **1 INFORMAÇÕES GERAIS**

Data da instalação da Vara do Trabalho: 18.11.2005

Data da última correição realizada: 05.11.2014

Jurisdição: Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara, Três Coroas.

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 19.08.2015**

## **2 ESTRUTURA FUNCIONAL**

### **2.1 JUÍZES**

#### **2.1.1 Regime de Lotação**

Nos termos da Portaria nº 01 de 03.03.2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 3ª Vara do Trabalho de Taquara pertence à 63ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende quatro vagas de zoneamento.

#### **2.1.2 Juizes Atuais**

Juiz(a)	Situação	Período
Luis Fettermann Bosak	Juiz Titular	Desde 08.02.2006
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	Juiz Substituto zoneado	Desde 13.04.2015



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

<b>Lúcia Rodrigues de Matos</b>	<b>Juíza Substituta Zoneada</b>	Desde 13.04.2015
<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	<b>Juiz Substituto Zoneado</b>	Desde 13.04.2015
<b>Jaqueline Maria Menta</b>	<b>Juíza Substituta Zoneada</b>	Desde 13.04.2015

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 10.08.2015)

### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz(a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	<b>Luis Fettermann Bosak</b>	<b>Desde 08.02.2006</b>	<b>Juiz Titular</b>	<b>-</b>
1	<b>Lúcia Rodrigues de Matos</b>	De 09.02 a 10.03.2015 (30d)	Juiz Titular em férias	<b>318 dias</b>
		De 10.03 a 08.04.2014 (30d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	
		De 12.05 a 11.06.2014 (31d)		
		De 15.09 a 14.11.2014 (61d)		
		De 12.03 a 12.04.2015 (32d)		
		De 13.05 a 21.06.2015 (40d)		
De 17.08 a 18.11.2015 (94d)				
2	<b>Charles Lopes Kuhn</b>	De 10 a 16.03.2014 (07d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	<b>50 dias</b>
		De 12.05 a 11.06.2014 (31d)		
		De 19 a 30.11.2014 (12d)	Juiz Titular em férias	
3	<b>André Sessim Parisenti</b>	De 10 a 13.03.2014 (04d)	Juiz Titular em férias	<b>48 dias</b>
		De 14.03 a 08.04.2014 (26d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	
		De 28.10 a 14.11.2014 (18d)		
4	<b>Patricia Helena Alves de Souza</b>	De 14.03 a 21.04.2014 (39d)	Juiz Titular em férias	<b>59 dias</b>
		De 22.04 a 11.05.2014 (20d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

<b>5</b>	<b>Oswaldo Antonio da Silva Stocher</b>	De 09.04 a 11.05.2014 (33d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	<b>235 dias</b>
		De 01 a 27.10.2014 (27d)		
		De 12.03 a 03.05.2015 (53d)		
		De 18.05 a 21.06.2015 (35d)		
		De 17.08 a 18.10.2015 (63d)		
		De 22.07 a 14.08.2015 (24d)	Juiz Titular em férias	
<b>6</b>	<b>Adriana Ledur</b>	De 22 a 30.09.2014 (09d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	<b>09 dias</b>
<b>7</b>	<b>Jaqueline Maria Menta</b>	De 13.04 a 12.05.2015 (30d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	<b>54 dias</b>
		De 22 a 23.06.2015 (02d)		
		De 29.06 a 14.07.2015 (16d)		
		De 16 a 21.07.2015 (06d)	Juiz Titular em férias	
<b>8</b>	<b>Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo</b>	De 04 a 12.05.2015 (09d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	<b>09 dias</b>
<b>9</b>	<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	De 22.06 a 14.07.2015 (23d)	Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado	<b>23 dias</b>

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 12.08.2015)

**2.1.4 Afastamentos dos Juizes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado**

Juiz(a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total
<b>Titular</b>	<b>Luis Fettermann Bosak</b>	Férias	De 10.03 a 21.04.2014 (43d)	<b>116 dias</b>
			De 19 a 30.11.2014 (13d)	
			De 09.02 a 10.03.2015 (30d)	



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

			De 16.07 a 16.08.2015 (30d)	
--	--	--	--------------------------------	--

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 10.08.2015)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Vara do Trabalho

	Servidor(a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Kenia Varela Albrecht	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b>	03.11.2011
2	Mara Elisa Santos Azevedo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	08.01.2007
-	Douglas Santana Moreira	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	13.04.2015
3	Regis Fernando Karnopp	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	08.08.2008
4	Nara Nuria Murillo Terribele	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	18.11.2005
5	Clarice Isabel Azambuja Machado	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	02.06.2008
6	Karina Franco Sampaio Anderle	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente (FC02)</b>	01.10.2013
7	Lucia Gasparly Beskow	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	16.01.2006
8	Miralva Pinto Guimaraes	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	01.12.2005
9	Mirela Pereira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	14.08.2014
10	Patricia Gonçalves dos Santos Guedes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	02.03.2015



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

11	Patricia Vendruscollo Claro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	23.11.2011
12	Roberto Borges de Gusmao	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	23.08.2012

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 31.07.2015)

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.390 processos	1.001 a 1.500	12 servidores	11 a 12 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 3ª Vara do Trabalho de Taquara está **adequado** à quantidade prevista na referida norma.

## 2.2.3 Afastamento dos Servidores

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Kenia Varela Albrecht	Curso ou Evento	3 dias	9 dias
	Curso Parcial	5 dias	
	Doação de Sangue	1 dia	
Mara Elisa Santos Azevedo	Curso ou Evento	1 dia	1 dia
Douglas Santana Moreira	Casamento	8 dias	8 dias
Regis Fernando Karnopp	Curso ou Evento	4 dias	9 dias
	Curso Parcial	5 dias	
Nara Nuria Murillo Terribele	Curso ou Evento	1 dia	6 dias
	Curso Parcial	5 dias	
Clarice Isabel Azambuja Machado	Dispensa Médica	5 dias	8 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3 dias	
Karina Franco Sampaio	Curso Parcial	5 dias	17 dias



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Anderle	Dispensa Médica	3 dias	
	Doença em Pessoa da Família	2 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	7 dias	
Lucia Gaspary Beskow	Curso ou Evento	2 dias	23 dias
	Curso Parcial	5 dias	
	Doença em Pessoa da Família	12 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4 dias	
Miralva Pinto Guimaraes	Curso ou Evento	2 dias	47 dias
	Doença em Pessoa da Família	2 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	43 dias	
Mirela Pereira	Curso Parcial	5 dias	6 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1 dia	
Patricia Gonçalves dos Santos Guedes	Curso Parcial	5 dias	5 dias
Patricia Vendruscollo Claro	Curso Parcial	5 dias	6 dias
	Dispensa Médica	1 dia	
Roberto Borges de Gusmao	Curso ou Evento	2 dias	11 dias
	Curso Parcial	5 dias	
	Doença em Pessoa da Família	2 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2 dias	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 31.07.2015)

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor(a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Lenira Viacava Kappel	30.11.2005	21.04.2014	8 anos, 4 meses e 21 dias	Aposentadoria
2	Karina Klaic Cardoso Soares *	10.03.2014	19.06.2014	3 meses e 9 dias	Lotação no Gab. Des. Emilio Papaleo Zin – Assistente de Gabinete (FC05)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

3	Osmar Pedro Borges Ceconi	18.11.2005	06.01.2015	9 anos, 1 mês e 18 dias	Aposentadoria
---	---------------------------	------------	------------	-------------------------	---------------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 31.07.2015)

\* O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Titular/Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

## 2.2.5 Estagiários

	Estagiário	Curso em Andamento	Período
1	Camila Luana Dumke	Superior em Direito	11.09.2013 a 10.09.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 31.07.2015)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

Juiz	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
<b>Luis Fettermann Bosak</b> Juiz Titular	-	12 horas	30,5 horas	<b>42,5 horas</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.08.2015)

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores

Servidor(a)	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
Kenia Varela Albrecht *	53 horas	-	73 horas	126 horas
Mara Elisa Santos Azevedo	-	8 horas	-	8 horas
Douglas Santana Moreira	-	-	60 horas	60 horas
Regis Fernando Karnopp	43 horas	6 horas	20 horas	69 horas
Nara Nuria Murillo Terribele	15 horas	26 horas	136 horas	177 horas
Clarice Isabel Azambuja Machado	20 horas	-	121 horas	141 horas
Karina Franco Sampaio Anderle	45 horas	20 horas	161 horas	226 horas
Lucia Gaspary Beskow	-	20 horas	38 horas	58 horas
Lucia Gaspary Beskow	-	20 horas	38 horas	58 horas
Mirela Pereira	45 horas	20 horas	231 horas	296 horas
Patricia Gonçalves dos Santos Guedes	25 horas	20 horas	301 horas	346 horas
Patricia Vendruscollo Claro		20 horas	34 horas	54 horas



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Roberto Borges de Gusmao	50 horas	20 horas'	113 horas	183 horas
--------------------------	----------	-----------	-----------	-----------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.08.2015)

\* Gestora da Unidade Judiciária.

### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Situação	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.316	1.367	3,88%	1.344	-1,68%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	136	191	40,44%	215	12,57%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.102	1.152	4,54%	1.168	1,39%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	18	22	22,22%	42	90,91%
<b>Total</b>	<b>2.572</b>	<b>2.732</b>	<b>6,22%</b>	<b>2.769</b>	<b>1,35%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

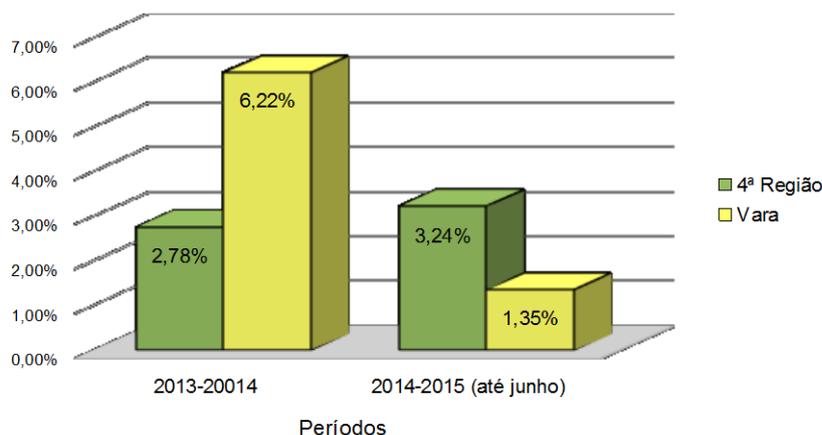
No ano de 2014, o acervo de processos em tramitação na Unidade Judiciária cresceu 6,22% na comparação com o ano de 2013, enquanto na 4ª Região houve, em média, acréscimo de 2,78% no estoque de processos em tramitação. Houve aumento de processos pendentes de finalização em todas as fases (51 processos na fase de conhecimento, 55 na fase de liquidação e 50 na de execução).

Os dados parciais colhidos até junho de 2015 indicam aumento de 1,35% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária, enquanto na 4ª Região se verifica aumento de 3,24% do estoque no mesmo período. Especificações no gráfico abaixo.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Varição percentual do acervo de processos tramitando



## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos pendentes de solução

	2013	2014	Varição% 2013-2014	2015 (até junho)	Varição% 2014-2015 (até junho)
Casos novos	1.411	1.347	-4,54%	690	-48,78%
Sentença Anulada/Reformada	7	15	114,29%	2	-86,67%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	1.382	1.314	-4,92%	585	-55,48%
Processos pendentes de solução	634	657	3,63%	736	12,02%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

O estoque de processos pendentes de solução na fase de conhecimento em 2014, na Unidade Judiciária, cresceu 3,63% em relação ao ano anterior, enquanto na 4ª Região houve acréscimo de 17,69%.

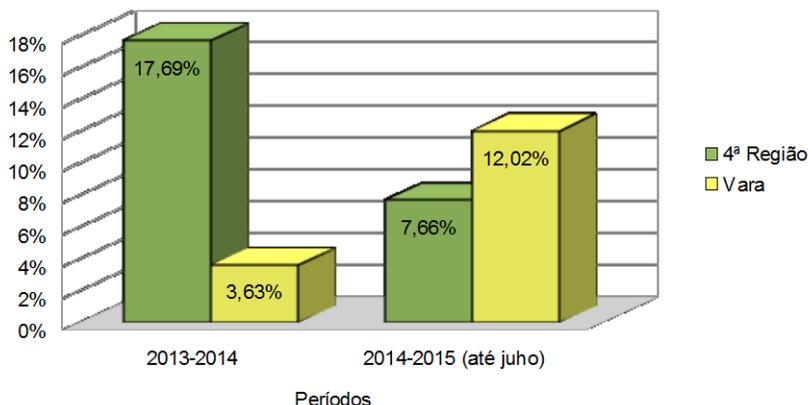
Esse resultado decorre da redução em 4,92% no número de processos solucionados na comparação com 2013, associada à queda de 4,54% no número de casos novos em 2014.

Os dados parciais colhidos até junho de 2015 refletem crescimento do estoque de processos pendentes de solução na Unidade Judiciária (12,02%), superior à média regional aferida no mesmo período (7,66%).



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Variação percentual dos processos penderes na fase de conhecimento



A maior parte dos processos penderes de solução na fase de conhecimento aguarda encerramento da instrução processual. O número de processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido recuou de 11 em 2013 para 01 em 2014, mas até junho de 2015 havia para 29 processos nessa situação. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos penderes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
Aguardando 1ª sessão de audiência	87	166	90,80%	170	2,41%
Aguardando encerramento da instrução	491	455	-7,33%	470	3,30%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	45	35	-22,22%	67	91,43%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	11	1	-90,91%	29	2800,00%
<b>TOTAL</b>	<b>634</b>	<b>657</b>	<b>3,63%</b>	<b>736</b>	<b>12,02%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

### 3.2.2 Taxa de congestionamento\*

Fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
3ª Vara do Trabalho de Taquara	31,89%	34,17%	7,15%	56,63%	65,75%



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Média no TRT4 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	61,09%	37,81%
-------------------------------	--------	--------	-------	--------	--------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.8.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior+processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendentes do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

Na 3ª Vara do Trabalho de Taquara, a taxa de congestionamento da fase de conhecimento passou de 31,89% em 2013 para 34,17% no ano de 2014, alcançando 56,63% em junho de 2015, permanecendo, ainda assim, abaixo do congestionamento médio regional.

### 3.2.3 Processos solucionados

Fase de conhecimento							
Solução		2013		2014		2015 (até junho)	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Com exame de mérito	Conciliação	930	67,29	843	64,16	416	71,11
	Julgado procedente	17	1,23	16	1,22	8	1,37
	Julgado procedente em parte	260	18,81	288	21,92	98	16,75
	Julgado improcedente	37	2,68	38	2,89	4	0,68
	Extinto	4	0,29	0	0	2	0,34
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	5	0,36	20	1,52	10	1,71
	Arquivamento (art. 844 CLT)	86	6,22	70	5,33	34	5,81
	Desistência	31	2,24	34	2,59	13	2,22
	Outras decisões	12	0,87	5	0,38	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>1.382</b>	<b>100</b>	<b>1.314</b>	<b>100</b>	<b>585</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

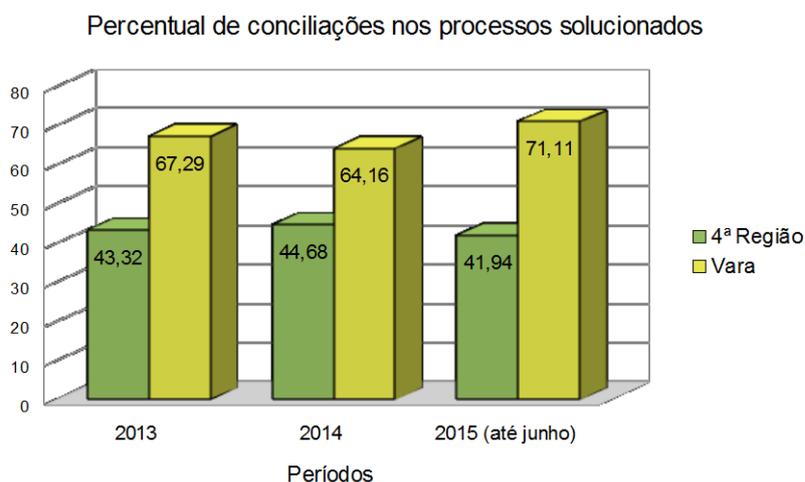
Em 2014, a Unidade Judiciária solucionou 68 processos a menos, na comparação com o ano de 2013, refletindo queda de 4,92%, enquanto nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região o recuo médio no número de processos solucionados foi de 2,67%.

Com relação às decisões com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo) verificou-se aumento de 7,55%, passando de 318 em 2013 para 342 em 2014; no mesmo período, na 4ª Região, houve redução média de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito. Diminuiu o número de homologações de acordo (de 930 em 2013 para 843 em 2014), repercutindo no percentual de conciliações em relação ao total de processos



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

solucionados (67,29% em 2013 e 64,16% em 2014) que, ainda assim, manteve-se acima da média regional. Especificações no gráfico abaixo.



### 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
Iniciadas	278	289	3,96%	141	-51,21%
Encerradas	272	238	-12,50%	107	-55,04%
Pendentes	134	179	33,58%	209	16,76%
Em Arquivo Provisório	2	2	0,00%	2	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

O estoque de processos pendentes na fase de liquidação na Unidade Judiciária cresceu de 134 em 2013 para 179 em 2014, representando acréscimo de 33,58%. Esse resultado reflete a majoração de 3,96% no número de liquidações iniciadas em 2014 associada à redução de 12,50% no número de liquidações encerradas no período.

Os dados parciais colhidos até junho de 2015 refletem aumento de 16,76% no estoque de liquidações pendentes na Unidade Judiciária.

#### 3.3.2 Taxa de congestionamento\*

Fase de liquidação					
	2013	2014	Variação%	2015	Variação%



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	2013-2014		2013-2014 (até junho)		2014-2015 (até junho)
3ª Vara do Trabalho de Taquara	33,33%	43,74%	31,21%	66,56%	52,19%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	58,84%	33,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas / (resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária na fase de liquidação aumentou de 33,33% em 2013 para 43,74% em 2014, inferior ao congestionamento médio regional de 44,16%. Até junho de 2015, alcançou 66,56%, superando o congestionamento médio aferido na 4ª Região, de 58,74%.

### 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até junho)	Variação 2014-2015 (até junho)
Entradas	Iniciadas	367	272	-25,89%	136	-50,00%
	Desarquivadas para prosseguimento	10	93	830,00%	7	-92,47%
Saídas	Encerradas	309	244	-21,04%	123	-49,59%
	Arquivadas Provisoriamente	82	62	-24,39%	29	-53,23%
Pendentes	Exclusivamente de crédito previdenciário	1	1	0,00%	0	-100,00%
	Demais	583	573	-1,72%	572	-0,17%
	<b>Total</b>	<b>584</b>	<b>574</b>	<b>-1,71%</b>	<b>572</b>	<b>-0,35%</b>
Saldo no arquivo Provisório		626	608	-2,88%	628	3,29%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

Em 2014, na 3ª Vara do Trabalho de Taquara, houve redução de 21,04% no número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, enquanto na 4ª Região a queda no número de execuções encerradas foi de 5,57%. A Unidade Judiciária também diminuiu em 25,89% o número de execuções iniciadas em 2014, na comparação com o ano de 2013.

Ainda assim, o estoque de execuções pendentes na unidade correccionada apresentou recuo de 1,71% em relação ao saldo do ano anterior, enquanto na 4ª Região houve queda de 2,5% no total de processos pendentes da fase de execução.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Para 2015, os dados parciais colhidos até junho refletem estabilidade no número de processos pendentes da fase de execução (recoo de 0,35% = dois processos).

### 3.4.2 Taxa de congestionamento\*

Fase de execução (sem arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
3ª Vara do Trabalho de Taquara	67,78%	71,50%	5,48%	82,68%	15,64%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	83,77%	18,29%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária na fase de execução passou de 67,78% em 2013 para 71,50% em 2014, superando o congestionamento médio regional de 70,81%. Em junho de 2015, alcançou 82,68%, próximo ao congestionamento médio regional de 83,77%.

Taxa de congestionamento – fase de execução (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
3ª Vara do Trabalho de Taquara	80,14%	83,54%	4,24%	90,67%	8,54%
Média no TRT4 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	90,64%	6,74%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

Com a inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo, a taxa de congestionamento da Unidade Judiciária, na fase de execução, ficou em 83,54% no ano de 2014, próxima ao congestionamento médio da 4ª Região, de 84,91%.

### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
Processos com inclusão de devedor no BNDT	275	163	-40,73%	79	-51,53%
Processos com exclusão de	0	0	-	0	-



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

devedor no BNDT					
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.074	1.095	1,96%	1.105	0,91%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **devem ser realizados com prioridade** pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 3ª Vara do Trabalho de Taquara, foi realizado cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente em 2013 e 2014 com a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta resultou uma lista de **06 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT.

Processo	Situação Processual	Histórico BNDT
0010300-30.2005.5.04.0383	Em 03/04/2013 foi lançado no inFOR o andamento “extinta a execução” e, em 21/06/2013, o andamento “arquivado definitivamente”.	Os reclamados Dirson Ailton Grebin Stacke e Rovana Kollet Stacke foram incluídos no BNDT em 12/11/2012, com a informação “sem garantia”.
0119800-26.2008.5.04.0383	Em 12/06/2013 foi lançado no inFOR o andamento “extinta a execução” e, em 14/06/2013, o andamento “arquivado definitivamente”.	A reclamada Rinker e Basso Ltda. foi incluída no BNDT em 02/02/2012, com a informação “sem garantia”.
0012800-64.2008.5.04.0383	Em 13/05/2015 foi lançado no inFOR o andamento “extinta a execução” e, em 27/05/2015, o andamento “arquivado definitivamente”.	A reclamada Vizza Plast Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (Em recuperação Judicial) foi incluída no BNDT em 14/09/2011 com a informação “exigibilidade suspensa”.
0134000-72.2007.5.04.0383	Em 28/02/2013 foram lançados no inFOR os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”.	A reclamada Cleo da Silva Rocha foi incluída no BNDT em 05/09/2012, com a informação “sem garantia”.
0136700-89.2005.5.04.0383	Em 19/04/2012 foi lançado no inFOR o andamento “extinta a execução” e, em 25/04/2012, o andamento “arquivado definitivamente”.	O reclamado Adriano André Haag foi incluído no BNDT em 13/09/2011, com a informação “sem garantia”.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

0039700-50.2009.5.04.0383	Em 31/05/2013 foram lançados no inFOR os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”.	Os reclamados Alexandre Schirmer e Delmar Alberto Schirmer foram incluídos no BNDT em 09/04/2012, com a informação “sem garantia”.
---------------------------	---	--

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão e inFor em 12.08.2015)

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	2013			2014			2015 (até junho)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	176	174	17	168	160	23	55	64	14
Antecipações de tutela	30	30	2	66	67	2	25	28	3
Impugnações à sentença de liquidação	9	5	6	2	6	2	4	3	3
Embargos à execução	53	41	33	46	44	32	14	21	24
Embargos à arrematação	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	3	6	2	4	3	2	3	4	1
<b>Total</b>	<b>271</b>	256	60	<b>286</b>	280	61	<b>102</b>	121	45

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

Em 2014, conforme se observa do quadro acima, cresceu o número de incidentes processuais que ingressaram na Unidade Judiciária (271 em 2013 e 286 em 2014). Aumentou o número de incidentes processuais julgados (256 em 2013 e 280 em 2014) e manteve-se estável o número de incidentes processuais pendentes (60 em 2013 e 61 em 2014). Dentre os tipos de incidentes, verificou-se redução no número de embargos de declaração e embargos à execução, e crescimento no número de pedidos de antecipação de tutela.

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão em 2014, constatou-se que algumas pendências registradas decorrem de erros no lançamento no sistema informatizado, conforme amostragem que segue:

Processos Físicos	
Processo	Situação
0065000-14.2009.5.04.0383	Em 31/03/2014 foi registrado no inFOR o protocolo de Embargos de Declaração pela reclamada e, na mesma data,



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	foi lançado despacho recebendo a petição protocolada. Considerando que nos andamentos posteriores não houve registro de julgamento dos Embargos de Declaração, permanece a pendência do incidente junto ao sistema e-Gestão
0113900-62.2008.5.04.0383	Em 14/01/2015 foi registrado no inFOR o protocolo de Embargos à Execução pela reclamada. Em 26/01/2015 foi registrada decisão não recebendo os Embargos por intempestivos. Considerando que não houve registro adequado de “decisão em incidente processual” o incidente permanece pendente junto ao sistema e-Gestão.
PJe	
Processo	Situação
0020063-06.2015.5.04.0383	Em 26/01/2015 a parte autora, ao ajuizar a ação no sistema PJe, informou pedido liminar/antecipação de tutela. Em 28.01.2015 foi lançado o andamento “conclusos os autos para decisão geral” e, na mesma data, registrado o andamento “não concedida a medida liminar a”. Considerando que o Sistema e-Gestão identifica as liminares e as antecipações de tutela tão somente como “antecipação de tutela”, permanece pendente no e-Gestão incidente de antecipação de tutela (para baixa do e-Gestão faz-se necessário os andamentos “conclusos para julgamento da antecipação de tutela” e “antecipação de tutela concedida/não concedida a”).

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão, inFOR e PJe em 13.08.2015)

Diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	48,81	31,33	-35,81%	33,13	5,76%
	Ordinário	188,47	196,77	4,40%	192,55	-2,15%
	Total	184,77	190,35	3,02%	188,94	-0,74%

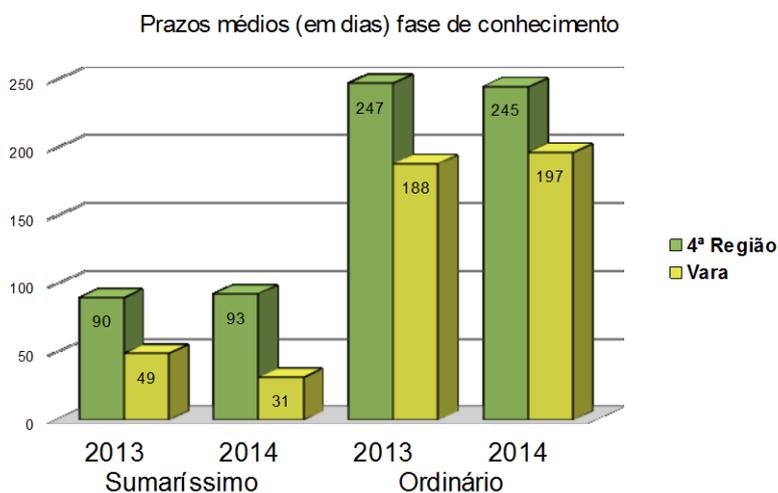
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)



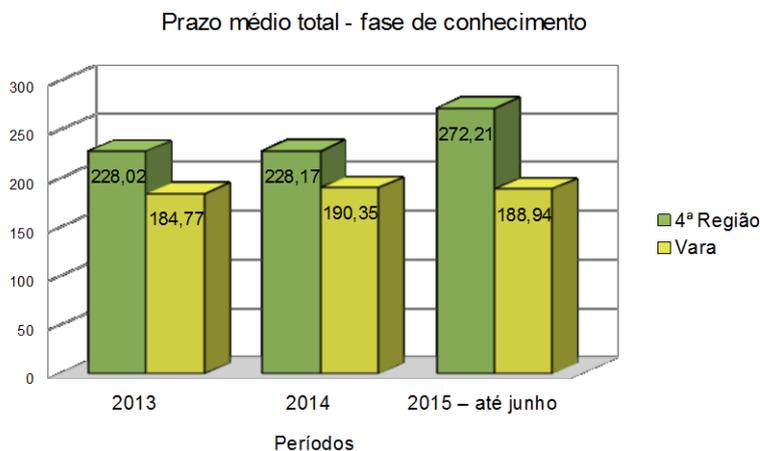
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Em 2014, entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença decorreram, em média, 31,33 dias nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, e 196,77 dias nas ações ordinárias, refletindo redução de 35,81% e aumento de 4,40%, respectivamente, em relação aos prazos de 2013.

O lapso processual na fase de conhecimento na unidade correccionada mostrou-se, assim, mais célere que aquele aferido nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região tanto nos processos de rito sumaríssimo, onde constatou-se transcorrerem, em média, 92,57 dias, quanto nas ações ordinárias, onde aferido lapso de tramitação processual de 245,25. Especificações no gráfico abaixo.



Os dados parciais colhidos até junho projetam para 2015 aumento dos prazos médios na fase de conhecimento na Unidade Judiciária nos processos de rito sumaríssimo, alcançando 33,13 dias, e redução nas ações ordinárias, com recuo para 192,55 dias. O prazo médio na unidade correccionada na fase de conhecimento mantém-se abaixo do prazo médio regional, conforme indicado no gráfico abaixo.





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

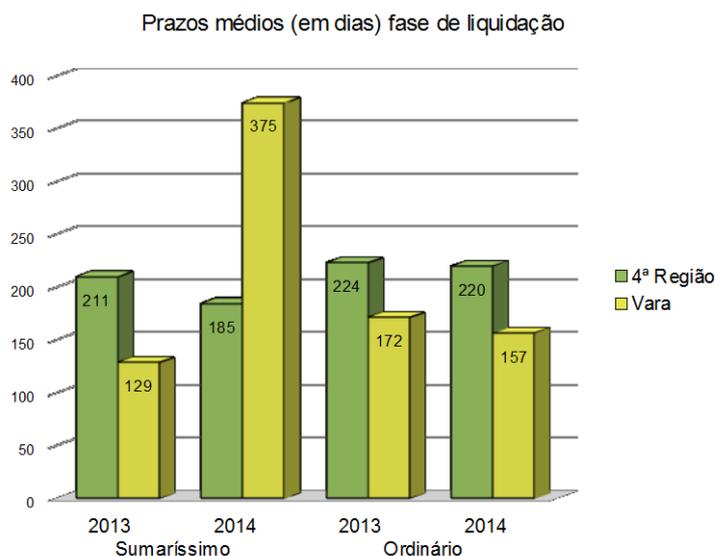
		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	129,33	375	189,95%	(*)	-
	Ordinário	171,91	156,69	-8,86%	209,63	33,79%
	Total	171,41	157,68	-8,01%	209,63	32,95%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

\* O Sistema e-Gestão não retornou valores na data da consulta.

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação na Unidade Judiciária, em 2014, foi de 375 dias nos processos de rito sumaríssimo e, nas ações ordinárias, de 156,69 dias. Em relação a 2013, a unidade aumentou 189,95% o prazo médio da fase de liquidação nos processos de rito sumaríssimo e reduziu 8,86% nas ações ordinárias.

O lapso de tramitação processual na fase de liquidação na Unidade Judiciária, quando comparado com o prazo médio aferido na 4ª Região, mostrou-se 102,94% mais moroso nos processos de rito sumaríssimo e 28,82% mais célere nas ações ordinárias. Especificações no gráfico abaixo

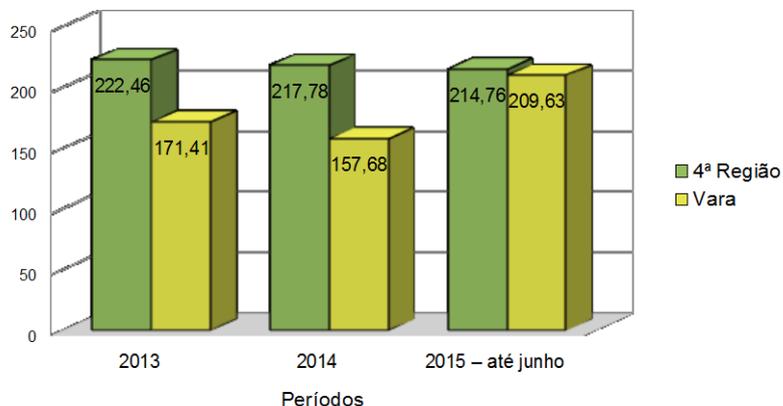


Os dados parciais colhidos até junho projetam para 2015 aumento no prazo médio na fase de liquidação nas ações ordinárias, alcançando 209,63 dias. Nos processos de rito sumaríssimo, o Sistema e-gestão não apresentou valores na data da pesquisa para o ano de 2015.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Prazo médio total - fase de liquidação



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015 (até junho)
Do início ao encerramento da execução	Ente Privado	405,33	435,46	7,43%	498,31	14,43%
	Ente Público	1.371,78	1.032,55	-24,73%	1.110,00	7,50%
	Total	435,12	459,13	5,52%	503,73	9,71%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

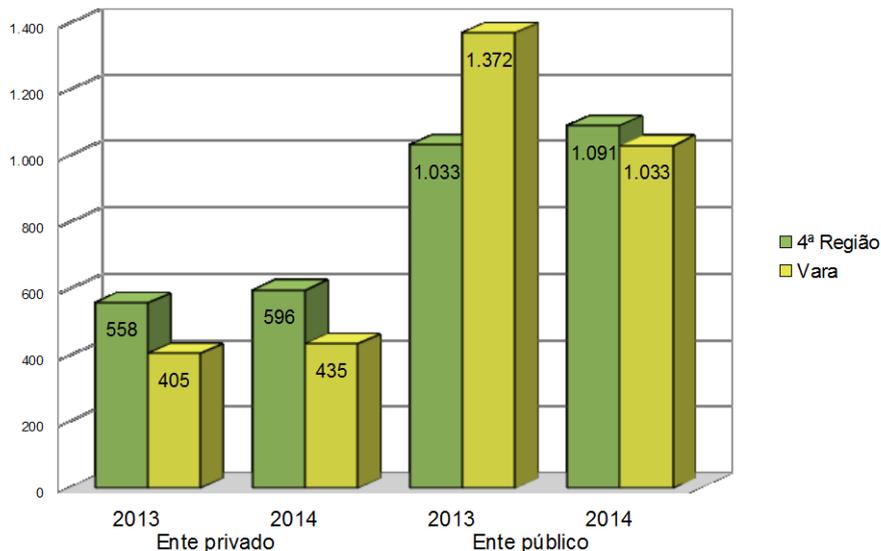
O prazo de tramitação processual na fase de execução na 3ª Vara do Trabalho de Taquara, em 2014, foi, em média, de 459,13 dias, refletindo aumento de 5,52% em relação ao lapso de tramitação processual aferido no ano de 2013.

Nos processos em que o executado é ente privado, o prazo de tramitação na Unidade Judiciária (435,46 dias) foi 26,97% mais rápido do que o aferido nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, e nas execuções contra ente público (1.031,78 dias) mostrou-se 5,35% mais célere que a média regional.



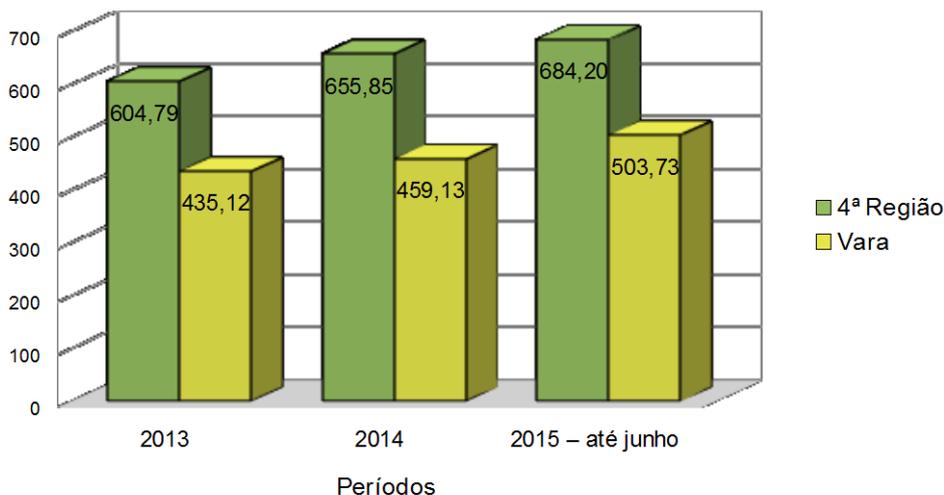
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Prazo médio (em dias) fase execução



Os dados parciais colhidos até junho projetam para 2015 aumento do prazo médio na fase de execução tanto nos processos contra entes privados, atingindo 498,31 dias, quanto nas execuções contra entes públicos, alcançando 1.110 dias. Ainda assim, o prazo médio da Unidade na fase de execução permanece abaixo do aferido na 4ª Região, conforme indicado no gráfico abaixo.

Prazo médio total - fase de execução



**5 METAS**



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

## 5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014

**5.1.1 Meta 2 - 2009:** *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.2. Meta 2 – 2010:** *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007”.*

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.3 - Meta 2 – 2012:** *“Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.*

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Solucionados	%	Resultado
1312	1.311	99,92%	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.4 Meta 2 - 2013:** *“Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 80% dos processos distribuídos, em 2009, na Justiça do Trabalho”.*

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Solucionados em 2009	%	Resultado
1.635	1.633	99,88%	<b>Meta cumprida</b>

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

**5.2.1. Meta 1:** *“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.”*

META 1/2014 CNJ
-----------------



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Distribuídos até 31.12.2014	Solucionados até 31.12.2014	%	Resultado
1.347	1.314	97,55%	<b>Meta não cumprida</b>

**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

<b>META 2/2014 CNJ</b>			
<b>Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011</b>			
Processos não julgados em 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014	%	Resultado
34	32	94,12%	<b>Meta cumprida</b>
<b>Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012</b>			
Processos não julgados em 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014	%	Resultado
603	570	94,53%	<b>Meta cumprida</b>

**5.2.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

<b>META 5/2014 CNJ</b>		
Tipo de execução	% de redução/aumento do congestionamento	Resultado
Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	-15,61%	<b>Meta não cumprida</b>
Execução Fiscal	-4,54%	

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A redução positiva (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A redução negativa (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

**5.2.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no primeiro grau, e até 31/12/2012, no segundo grau”.

<b>META 6/2014 CNJ</b>	
Ações coletivas distribuídas	Resultado



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

até 31.12.2011 pendentes de solução	
0	<b>Meta cumprida</b>

### 5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.3.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 30.06.2015	Solucionados até 30.06.2015	%	Resultado
690	585	84,78%	<b>Indicativo de não cumprimento da meta</b>

**5.3.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31/12/2013	Processos distribuídos até 31/12/2013 e julgados entre jan/2013 e junho/2015	Percentual atingido	Resultado
631	589	93,34%	<b>Meta já cumprida</b>

**5.3.3 - Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 30.06)	Execuções baixadas* em 2015 (até 30.06)	Grau de Cumprimento	Resultado
136	132	97,06%	<b>Indicativo de não cumprimento da meta</b>

\*Consideram-se baixadas as execuções arquivadas definitivamente, aquelas em que resta pendente apenas valores inscritos em precatórios e aquelas em que pende apenas pagamento de custas ou o pagamento de peritos cuja responsabilidade compete ao poder público.

**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
-----------------	--	--	--



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta cumprida</b>

**5.3.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

<b>META 7/2015 CNJ</b>			
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (até 30.06.2015)	Meta de processos para 31.12.2015
1º) WMS Supermercados do Brasil Ltda.	6	6	<b>5</b>
2º) Estado do Rio Grande do Sul	20	27	<b>19</b>
3º) CLINSUL Mao de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	<b>0</b>
4º) Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	2	4	<b>1</b>
5º) União	1	0	<b>0</b>
6º) Oi S.A.	0	2	<b>0</b>
7º) PROSERVI Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	<b>0</b>
8º) Caixa Econômica Federal - CEF	26	32	<b>25</b>
9º) Banco do Brasil S.A.	2	4	<b>1</b>
10º) Hospital Nossa Sra. da Conceição	0	0	<b>0</b>

**5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:**

**a)** “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014.”

<b>META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO</b>				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 – até 30.06	Prazo médio a ser alcançado até 31.12.2015	Resultado parcial
228,17	190,35	188,94	188,44	<b>Indicativo de cumprimento da meta</b>



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 30.06)	Meta para 2015	Resultado Parcial
Total de acordos	930	843	886,5	416	<b>896</b>	<b>Média parcial abaixo da necessária para cumprimento da meta</b>
Média mensal de acordos	77,5	70,25	73,88	31,49	<b>74,67</b>	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente terças, quartas e quintas-feiras pela manhã. Em razão do regime de Juiz Auxiliar compartilhado, no período de 17.8 a 17.11.2015, em semanas intercaladas, há sessões de audiências de prosseguimento à tarde, de segundas a quintas-feiras. A composição média das sessões é especificada no(s) quadro(s) abaixo.

Juiz Luis	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	12 (I) 5 a 6 (P) (CPI, U)	12 (I) 5 a 6 (P) (CPI, U)	12 (I) 5 a 6 (P) (CPI, U)	-
Tarde	-	-	-	-	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 19.8.2015)

Juiz Auxiliar	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	-	-
Tarde	5 (P) (CPI)	5 (P) (CPI)	5 (P) (CPI)	5 (P) (CPI)	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 19.8.2015)

#### Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última data marcada	Próxima data livre
Inicial	15-9-2015	15-9-2015
Una Sumaríssimo	25-8-2015	Quando ingressar, incluída em pauta
Instrução	22-3-2016	03-2-2016
Tentativa de acordo em execução	Quando necessário	

(Fonte: Livro Pauta.. Consulta em 19.8.2015)

## 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até junho)	Variação% 2014-2015
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência	Sumaríssimo	18,32	17,54	-4,28%	15,08	-13,99%
	Ordinário	41,74	45,81	9,75%	55,37	20,86%
	Total	41,23	44,62	8,22%	54,24	21,56%

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 05.08.2015)

Em 2014, o prazo transcorrido do ajuizamento da ação até a realização da audiência inicial foi de **17,54 dias**, nos processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **45,81 dias** nas ações ordinárias, mantendo-se **próximo** do prazo tido por adequado para unidades desse porte (até 40 dias).

Os dados parciais colhidos até junho de 2015 indicam aumento de 21,56% no prazo médio em que realizadas as audiências iniciais, recuando para **15,08 dias** nos processos de rito sumaríssimo, mas aumento para **55,37 dias** nas ações ordinárias, o que merece atenção.

Os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, em 19.8.2015, quando constatado que as audiências iniciais estavam sendo designadas com prazo de **30 dias** nas ações ordinárias, não tendo data específica para inclusão de audiência de processo sumaríssimo.

## 6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE PROSSEGUIMENTO



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

No dia da inspeção correcional, 19.8.2015, as audiências de prosseguimento estavam sendo designadas para o dia 03.02.2016 (**165 dias**), com audiências já designadas para 22.3.2016 (**210 dias**), dentro do prazo tido por razoável para unidades com semelhante movimentação processual, que é de até 240 dias.

## 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz	Audiências Realizadas - 2014				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
André Sessim Parisenti	62	62	0	1	<b>125</b>
Charles Lopes Kuhn	91	65	1	1	<b>158</b>
Eduardo de Camargo	10	9	0	0	<b>19</b>
José Luiz Dibe Vescovi	16	8	0	0	<b>24</b>
Lúcia Rodrigues de Matos	24	27	0	0	<b>51</b>
Luis Fettermann Bosak	900	569	3	8	<b>1.480</b>
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	23	32	0	0	<b>55</b>
Patrícia Helena Alves de Souza	122	65	0	4	<b>191</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.248</b>	<b>837</b>	<b>4</b>	<b>14</b>	<b>2.103</b>

Juiz	Audiências Realizadas - 2015				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	0	19	0	0	<b>19</b>
Lúcia Rodrigues de Matos	72	48	0	2	<b>122</b>
Luis Fettermann Bosak	506	205	0	4	<b>715</b>
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	1	76	1	1	<b>79</b>
<b>TOTAL</b>	<b>579</b>	<b>348</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>935</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

## 6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Magistrados	Solucionados - 2014					Total de processos solucionados
	Com Exame de Mérito			TOTAL	Sem Exame de Mérito	
	Conciliações	Julgados	Outras decisões			
André Sessim Parisenti	41	18	0	59	6	<b>65</b>
Bernardo Guimarães Fernandes da Rocha	-	19	0	19	-	<b>19</b>
Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	-	1	0	1	1	<b>2</b>
Charles Lopes Kuhn	61	21	0	82	11	<b>93</b>
Eduardo de Camargo	6	0	0	6	-	<b>6</b>
José Luiz Dibe Vescovi	13	0	0	13	-	<b>13</b>
Laura Balbuena Valente Gabriel	-	2	0	2	-	<b>2</b>
Lúcia Rodrigues de Matos	13	9	0	22	2	<b>24</b>
Luis Fettermann Bosak	608	215	0	823	94	<b>917</b>
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	17	28	0	45	2	<b>47</b>
Patrícia Helena Alves de Souza	84	28	0	112	13	<b>125</b>
Sheila Spode	-	1	0	1	-	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>843</b>	<b>342</b>	<b>0</b>	<b>1.185</b>	<b>129</b>	<b>1.314</b>
Magistrados	Solucionados - 2015					Total de processos solucionados
	Com Exame de Mérito			TOTAL	Sem Exame de Mérito	
	Conciliações	Julgados	Outras decisões			
André Sessim Parisenti	-	6	0	6	-	<b>6</b>
Charles Lopes Kuhn	-	8	0	8	-	<b>8</b>
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	5	1	0	6	-	<b>6</b>
Lúcia Rodrigues de Matos	59	22	0	81	7	<b>88</b>
Luis Fettermann Bosak	316	65	2	383	50	<b>433</b>
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	36	8	0	44	-	<b>44</b>
<b>TOTAL</b>	<b>416</b>	<b>110</b>	<b>2</b>	<b>528</b>	<b>57</b>	<b>585</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

## 6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

<b>LUIS FETTERMANN BOSAK</b>		
<b>Processos de Cognição – Rito Ordinário</b>		
Conclusão mais antiga: 10.06.2015 0020065-10.2014.5.04.0383*	0020017-51.2014.5.04.0383*	0020095-45.2014.5.04.0383*
0000227-81.2014.5.04.0383 *	0020019-21.2014.5.04.0383*	0020321-50.2014.5.04.0383*
0000735-27.2014.5.04.0383*	0020041-79.2014.5.04.0383*	0020331-94.2014.5.04.0383*
0000738-79.2014.5.04.0383*	0020080-73.2014.5.04.0384*	0020359-62.2014.5.04.0383*
0001278-64.2013.5.04.0383*	0020087-68.2014.5.04.0383*	0020361-32.2014.5.04.0383*
0020002-82.2014.5.04.0383*	0020093-75.2014.5.04.0383*	0020368-24.2014.5.04.0383*
0020007-07.2014.5.04.0383*	-	-
<b>Embargos Declaratórios</b>		
0000896-37.2014.5.04.0383*	-	-
<b>Total: 20 processos</b>		
<b>OSVALDO ANTONIO DA SILVA STOCHER</b>		
<b>Processos de Cognição – Rito Ordinário</b>		
Conclusão mais antiga: 10.04.2015 0020077-24.2014.5.04.0383*	0020051-26.2014.5.04.0383*	0020175-09.2014.5.04.0383
0000066-71.2014.5.04.0383	0020117-06.2014.5.04.0383*	0020176-91.2014.5.04.0383
0000282-32.2014.5.04.0383*	0020119-73.2014.5.04.0383	0020179-46.2014.5.04.0383
0000313-52.2014.5.04.0383	0020120-58.2014.5.04.0383	0020187-23.2014.5.04.0383
0000426-06.2014.5.04.0383*	0020121-43.2014.5.04.0383	0020191-60.2014.5.04.0383
0000521-36.2014.5.04.0383	0020122-28.2014.5.04.0383	0020197-67.2014.5.04.0383
0000522-21.2014.5.04.0383	0020123-13.2014.5.04.0383	0020203-74.2014.5.04.0383
0000878-50.2013.5.04.0383*	0020124-95.2014.5.04.0383	0020236-64.2014.5.04.0383
0000921-55.2011.5.04.0383*	0020125-80.2014.5.04.0383	0020237-49.2014.5.04.0383
0020025-28.2014.5.04.0383*	0020126-65.2014.5.04.0383	0020254-85.2014.5.04.0383
0020031-35.2014.5.04.0383	0020127-50.2014.5.04.0383	0020267-84.2014.5.04.0383
0020040-94.2014.5.04.0383*	0020128-35.2014.5.04.0383	0020395-07.2014.5.04.0383*
0020042-61.2014.5.04.0384	0020129-20.2014.5.04.0383	0020414-13.2014.5.04.0383
0020043-55.2014.5.04.0381	-	-
<b>Total: 40 processos</b>		

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 14.08.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

\* Processos pendentes de sentença na data da Correição, julgados posteriormente

## 6.9 PROCESSO QUE CONSTA COMO CONCLUSO PARA DECISÃO POR ERRO DE ANDAMENTO

LUIS FETTERMANN BOSAK		
0000858-59.2013.5.04.0383	-	-

## 7 ROTINAS DE SECRETARIA

A divisão do trabalho na secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Taquara atende a critério de tarefas. Roberto e Patricia Guedes fazem o atendimento ao balcão, recebem as petições, localizam os autos dos processos e lavram os termos de juntada. Kenia, Diretora de Secretaria, faz a análise das petições e minuta dos despachos. A certificação do prazo é responsabilidade de Clarice, Regis, Kenia e a estagiária Camila. A execução (mandados, RPs, precatórios e alvarás) está a cargo de Patricia Vendruscollo e Mirela. Os convênios são manejados por Kenia, Patrícia Vendruscollo e Mirela. Como regra, não ficam processos fora de pauta. A exceção são ações envolvendo a Azaléia, em que expedidas cartas precatórias para a Bahia para instrução, que demoram a retornar. A execução segue o rito do art. 884 da CLT.

### 7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Em dia.

### 7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Na data de inspeção, 19.8.2015, havia processos aguardando expedição de mandados de citação desde julho de 2015. Mandados de penhora, precatórios e RPs em dia.

### 7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Em dia.

### 7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

Em dia.

### 7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Em dia.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

## 7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data de inspeção, 19.8.2015, estava sendo certificado o prazo de 15 a 30.7.2015.

## 7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Em dia. Realizada semanalmente.

## 7.8 CONVÊNIOS

Em dia.

## 7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Em dia.

## 7.10 EXAME DOS LIVROS

### 7.10.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000295-28.2014.5.04.0384	01/07/2015	01 mês e 11 dias
2	0000505-82.2014.5.04.0383	10/07/2015	01 mês e 02 dias
3	0093600-45.2009.5.04.0383	13/07/2015	29 dias
4	0001723-53.2011.5.04.0383	13/07/2015	29 dias
5	0109100-88.2008.5.04.0383	17/07/2015	25 dias
6	0000725-51.2012.5.04.0383	20/07/2015	22 dias
7	0104900-09.2006.5.04.0383	20/07/2015	22 dias
8	0093700-97.2009.5.04.0383	22/07/2015	20 dias
9	0001451-88.2013.5.04.0383	24/07/2015	18 dias
10	0001311-65.2010.5.04.0381	29/07/2015	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.08.2015)

### 7.13.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000195-13.2013.5.04.0383	17/06/2015	01 mês e 25 dias
2	0000222-59.2014.5.04.0383	26/06/2015	01 mês e 16 dias



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

3	0000383-40.2012.5.04.0383	06/07/2015	01 mês e 06 dias
4	0000374-10.2014.5.04.0383	17/07/2015	25 dias
5	0059200-05.2009.5.04.0383	24/07/2015	18 dias
6	0000469-74.2013.5.04.0383	24/07/2015	18 dias
7	0000501-45.2014.5.04.0383	27/07/2015	15 dias
8	0001379-72.2011.5.04.0383	29/07/2015	13 dias
9	0000189-06.2013.5.04.0383	29/07/2015	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.08.2015)

### 7.13.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	383-00281/15	0001301-10.2013.5.04.0383	30/06/2015	1 mes e 12 dias
2	383-00286/15	0000088-32.2014.5.04.0383	06/07/2015	1 mes e 6 dias
3	383-00294/15	0000060-64.2014.5.04.0383	28/07/2015	14 dias
4	383-00321/15	0000041-92.2013.5.04.0383	27/07/2015	15 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.8.2015)

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 14.07.2015, uma listagem contendo 100 processos escolhidos aleatoriamente pelo sistema. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, dos quais 7 foram escolhidos entre os constantes nessa lista e 3 dentre os mais antigos tramitando em cada fase processual (conhecimento, liquidação e execução). O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	<b>Processo nº 0025500-77.2005.5.04.0383</b>
<b>Fase:</b> Execução. <b>Aspectos formais:</b> <u>Termos de juntada</u> - Ausência de data e rubrica no termo de juntada à fl. 529-v, que, ainda, contém espaço em branco. <b>Movimentação processual:</b> <u>Demora no impulso processual</u> – lapso de 18.07.2014 (certidão da fl. 534) a 03-09-2014 (fl. 535). Prazo assinado no despacho exarado à fl. 543 findou em 10-11-2014, sem que nos dias seguintes haja algum andamento informando o próximo movimento, o que veio a ocorrer apenas em 20-01-2015, com o termo de juntada lançado no verso da fl. 543.	
2	<b>Processo nº 0001128-20.2012.5.04.0383</b>



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

**Fase:** Execução. **Aspectos formais.** Ausência de termo de recebimento da Carta Precatória das fls. 170-88, em 19-11-2014, conforme aponta o lançamento 116 do inFOR. Erro material: notificação da fl. 135 é direcionada apenas ao exequente, mas nela consta que o prazo é sucessivo. **Movimentação processual.** Lapso superior a dez dias para conclusão dos autos ao magistrado consulta ao Renajud juntada em 29-1-2014 (fl. 100) e conclusão dos autos em 19-02-2014 (fl. 101). Lapso para cumprimento de despacho superior a dez dias: despacho assinado em 07-04-2014 (fl. 107) cumprido em 22-04-2014 (fls. 108-10); despacho assinado em 10-06-2015 (fl. 211) sem notícia de cumprimento até a remessa dos autos à Vice-Corregedoria, em 10-07-2015. **Demora no impulso processual:** processo sem movimentação no período de 21.5.2014 a 24.6.2014 (fl. 121), quando certificada a ocorrência de greve de servidores.

3

Processo nº 0001452-73.2013.5.04.0383

**Fase:** Conhecimento. **Aspectos formais.** Termos de juntada: no verso da fl. 38 não faz referência aos documentos que acompanham a contestação do chamado ao processo. Manifestação apresentada pelo reclamante juntada em duplicidade (fls. 87-8 e fls. 93-4). Autos provisórios: ausência de numeração na margem direita inferior das fls. 174-75, que também integram os autos provisórios juntados à fl. 170-v. **Movimentação processual.** Certificação do prazo: prazo constante das notificações das fls. 97-9 findou em 09-06-2014, e seu decurso in albis foi certificado em 16-07-2014, fl. 100.

4

Processo nº 0001125-31.2013.5.04.0383

**Fase:** Execução. **Aspectos formais.** Nada a apontar. **Movimentação processual.** Certificação do prazo: prazo do edital da fl. 13 findou em 13-03-2014, e o trânsito em julgado foi certificado em 09-04-2014, fl. 14; prazo do edital de citação da fl. 52 findou em 15-10-2014, e seu decurso in albis foi certificado em 19.12.2014 (fl. 52-v). Demora no impulso processual: consulta ao Bacen Jud, em 28-05-2015 (fl. 73) e consulta ao Renajud apenas em 02-07-2015 (fls. 74-5).

5

Processo nº 0000088-32.2014.5.04.0383

**Fase:** Execução. **Aspectos formais.** Constatou na ata da audiência realizada em 18-03-2014 (fl. 22) que houve juntada da contestação e documentos, mas, segundo se vê nos autos, a defesa foi apresentada em Secretaria, conforme protocolo datado de 28-03-2014 (fls. 30-9). Termos de juntada: na fl. 29-v não identifica a peça processual juntada aos autos (contestação). Não foi certificado o decurso in albis do prazo concedido na notificação da fl. 71. **Movimentação processual.** Demora no impulso processual: decurso de prazo em 24-07-2014 (complemento do lançamento 42 do inFOR), e conclusão ao magistrado em 09-09-2014 (fl. 56). Lapso para lavratura de termo de juntada excede 48 horas: ofício/extratos da CEF das fls.59-61, protocolados em 10-09-2014, juntados em 18-09-2014 (fl. 58-verso) – certificada ocorrência de greve de servidores, fl. 62.

6

Processo nº 0000924-10.2011.5.04.0383

**Fase:** Conhecimento. **Peculiaridade.** Última audiência ocorrida em 28.2.2013, quando partes requereram suspensão do feito para aguardar julgamento de embargos à execução em outro processo, transitado em julgado em 06.5.2014; sem audiência para prosseguimento/encerramento da instrução designada até o momento. **Aspectos formais.** Não foi certificado o decurso in albis, em 12-06-2015, do prazo concedido na notificação da fl. 215. **Movimentação processual.** Demora no impulso processual: processo sem movimentação de 30.8.2013 (fl. 199) a 12.11.2014 (fl. 200), em que pese decurso do prazo assinado no despacho da fl. 199 tenha ocorrido em 30.10.2013. Lapso para cumprimento de despacho superior a dez dias: despacho assinado em 22-04-2015 (fl. 214) cumprido em 26-05-2015 (fls. 215).

7

Processo nº 0072100-20.2009.5.04.0383



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

**Fase:** Execução encerrada. **Aspectos formais.** Nada a apontar. **Movimentação processual.** Prazo constante da notificação da fl. 245 findou em 02-02-2015, e seu decurso foi certificado em 25-03-2015, fl. 248.

8

**Processo nº 0045400-75.2007.5.04.0383**

**Fase:** Execução. **Aspectos formais.** Erro material: constou no termo de juntado lançado no verso da fl. 413, a data de “19/02/15” quando o correto é “19/03/15”. **Movimentação processual.** Lapso para cumprimento de despacho superior a dez dias: despacho assinado em 21.5.2014 (fl. 387) cumprido em 18.6.2014 (fl. 388); despacho assinado em 24.9.2014 cumprido em 07.11.2014 (fl. 405). Demora no impulso processual: processo sem movimentação de 08.9.2014 (fl. 403) a 24.9.2014 (fl. 404).

9

**Processo nº 0000089-17.2014.5.04.0383**

**Fase:** Liquidação. **Aspectos formais.** Termos de juntada: na fl. 318-v não identifica a peça processual trazida aos autos (embargos de declaração). **Movimentação processual.** Nada a apontar.

10

**Processo nº 0162800-42.2009.5.04.0383**

**Fase:** Liquidação. **Aspectos formais.** Lançamentos no inFOR: não constou o andamento “Processo suspenso/sobrestado” alusivo à decisão proferida à fl. 921. **Movimentação processual.** Demora no impulso processual: certidão lavrada no verso da 879, em 16-05-2014, e emissão da notificação da fl. 880, em 25-06-2014.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, aferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 07.08.2015.

Ausência de prazo final do acordo (Falta de andamento “Prazo”)	0001353-74.2011.5.04.0383
Processo devolvido ao arquivo sem registro/com registro incorreto e/ou aguardando arquivamento	0000525-73.2014.5.04.0383
Demora no andamento processual ou registros desatualizados	0000811-90.2010.5.04.0383 0001400-87.2007.5.04.0383 0002400-88.2008.5.04.0383

## 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **é observada** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal (v.g., proc.0000089-17.2014.5.04.0383, fl. 322) .

#### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, bem assim quando da inspeção correcional realizada *in loco*, constatou-se que após a liquidação da sentença, em se tratando de execução definitiva, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **é ordenada** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento, citando-se, após, o devedor pela diferença, dando ciência da liberação do depósito.

#### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, bem assim quando da inspeção correcional realizada *in loco*, constatou-se que **é determinada** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

### 9 PJe

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, o PJE foi implantado no Foro Trabalhista de Taquara **em 18.08.2014**.

Na 3ª Vara do Trabalho de Taquara, a divisão do trabalho no PJe atende ao critério de carteira, à exceção dos atos da execução. A pauta é designada automaticamente pelo sistema, exceto em caso de processos submetidos ao rito sumaríssimo, que passam por prévia análise da secretaria. A triagem inicial é realizada pela Coordenadoria de Controle da Direção do Foro, inclusive com análise de prevenção.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 14.08.2015, com nova verificação na data da inspeção, 19.08.2015, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

<b>Agrupador</b>	<b>Subpastas</b>	<b>Quantidade de Processos</b>	<b>Mais antigo</b>	<b>Último Movimento</b>
Com habilitações não lidas	-	-	-	-
Com pedido de liminar ou tutela não apreciados	-	<b>02</b>	<b>Ambos de 18.8.2015</b>	-
Com petições avulsas	-	-	-	-
Com petições não apreciadas	-	<b>23</b>	<u>20159-58.2014</u> Agendada reunião com MPT, OAB e juízes para dia 25.8.2015	<b>28.7.2015</b> Manifestação do sind.rdo. (demais processos, a partir de 13.8.2015)
Com mandados devolvidos OJ	-	-	-	-
Com audiências não designadas	-	-	-	-
<b>Pasta</b>	<b>Subpastas</b>	<b>Quantidade de Processos</b>	<b>Mais antigo</b>	<b>Último Movimento</b>
Aguardando cumprimento providência	Por mês, e dentro do mês por quinzena	<b>291</b> (quantidade total)	Pasta: <b>agosto- 1 a 15</b> (38)	-
Aguardando cumprimento de providência de exec.	Mesma organização supra	<b>22</b> (quantidade total)	Pasta: <b>maio – 16 a 31</b> (5) <u>20243-22.2015</u>	-
Aguardando cumprimento de providência - liq.	Mesma organização supra	<b>01</b> (quantidade total)	Pasta: <b>Setembro – 16 a 30</b> (1) <u>20126-31.2015</u> Decorrido prazo em 17.6.2015	<b>13.6.15</b> Notificação da sentença
Aguardando ciência	-	<b>07</b> (quantidade total)	Todos com intimação em 18.8.2015	-
Aguardando ciência decisão – ConPra	-	<b>02</b> (quantidade total)	<u>20258-25.2014</u> Decorrido prazo em 04.8.15 <u>20022-73.2014</u> Prazo até 17.8.15	<b>16.7.15</b> Notificação p/CR <b>11.8.2015</b> Juntadas CR
Aguardando término dos	Mesma organização	<b>68</b> (quantidade)	<b>Na raiz:</b> 20064-88.2015	<b>21.7.2015</b> Manifestação



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

prazos	supra	total)	(decorrido prazo em 21.7.2015)	sobre ofício
<b>Apreciar urgentes</b>	-	<b>02</b>	Ambos de 18.8.2015	-
<b>Controle sobrestamento / suspensão</b>	-	-	-	-
<b>Controle manual prazo pós sent.</b>	Mesma organização supra	<b>08</b> (quantidade total)	Pasta: <b>Junho-16 a 30</b> (2) <u>20263-47.2014</u> Decorrido prazo em 19.6.15	<b>08.6.2015</b> Notificação da sentença
<b>Prazos vencidos</b>	-	<b>10</b> (quantidade total)	<u>20200-22</u> Decurso do prazo em 14.8.2015 Demais prazos vencidos a partir de 18.8.2015	-
<b>Remeter ao 2º grau</b>	-	-	-	-
<b>Triagem inicial</b>	Na raiz e “conferidos CCDF” **	<b>22</b> (quantidade total)	“conferidos CCDF” (19)” <u>20159-58.2014*</u> ACP redistribuída p/ 3ª VT	<b>28.7.2015</b> Manifestação do sind rdo.

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

\* Reunião com MPT, OAB e Juízes designada para 25.8.2015

\*\* A ação é distribuída à Vara do Trabalho, com designação de pauta automática pelo sistema; a CCDF, com perfil da Vara do Trabalho, faz o exame de prevenção e a triagem inicial, dando preferência aos processos com pautas mais próximas; após, desloca o processo triado para a pasta “Conferidos CCDF”, para a Unidade Judiciária providencie as notificações das audiências.

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Constatou-se razoável gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, com organização de pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa facilitando a visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade. Ainda assim, por ocasião da inspeção correcional, em 18.8.2015, algumas tarefas apresentavam atraso, sendo algumas pendências de 31.5.2015, 30.6.2015 e 21.7.2015 (“aguardando cumprimento de providência - execução”, “aguardando término de prazos”, “controle manual prazo pós sentença”).



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Reiterou-se, outrossim, à Diretora de Secretaria a relevância de manter o gerenciamento e verificação constante dos agrupadores como forma de conservar o controle da movimentação processual.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO - SAT**

A Unidade Judiciária não necessitou do apoio do SAT no período correccionado.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

No período correccionado, vigorou no Foro Trabalhista de Taquara regime de Juiz Auxiliar compartilhado, de 10.3 a 11.6.2014, de 15.9 a 14.11.2014, de 12.3 a 14.7.2015, de 17.8 a 17.11.2015, com previsão de novo regime de 14.3 a 15.7.2016 (Portarias da Corregedoria Regional de nº 37/2013, 12 e 25 de 2014, 12 e 18 de 2015, respectivamente).

Verificou-se que na 3ª Vara do Trabalho de Taquara o número de servidores (12) está **adequado** ao previsto na Resolução nº 63/2010 do CSJT (de 11 a 12). Todos os servidores participaram de cursos de capacitação, conforme se vê no item 2.3.2, apurando-se participação média de 138 horas por servidor em treinamentos e eventos de capacitação.

No período correccionado, a movimentação na lotação envolveu 3 servidores (Lenira, Karina e Osmar). Quanto aos afastamentos, o mais significativo ocorreu por força de LTS (Miralva, 43 dias).

Houve adesão de dois dos servidores da Unidade Judiciária ao segundo movimento grevista ocorrido no ano de 2014. Com relação à greve de 2015, constatou-se adesão de dois servidores da unidade, bem assim a participação de 68% dos servidores nos dois chamados “apagões do Judiciário”, ocorridos nos dias 29 e 30.6.2015.

Segundo se constatou a partir da análise dos dados estatísticos referentes à Unidade Judiciária correccionada, o acervo de processos em tramitação, em 2014, acresceu 6,22% em relação ao ano de 2013, atingindo 2.732 processos, enquanto na 4ª Região verificou-se crescimento médio de 2,78% do acervo de processos em tramitação.

Em relação ao estoque de processos pendentes de solução da fase de conhecimento, a Unidade Judiciária aumentou 3,63% em 2014, na comparação com 2013, ficando aquém do aumento aferido na 4ª Região, de 17,69%.

No pertinente à efetividade, observa-se que a taxa de congestionamento na fase de conhecimento na Unidade Judiciária passou de 31,89% em 2013 para 34,17% em 2014, alcançando 56,63% em junho de 2015, permanecendo abaixo do congestionamento médio regional, de 44,33% e 61,09%, respectivamente.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

A Unidade Judiciária reduziu o número de processos solucionados em comparação com o ano anterior em 4,92%, enquanto na 4ª Região houve redução média de 2,67% na quantidade de processos solucionados. O número de decisões com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo) cresceu 7,55% na Unidade Judiciária, em comparação com o ano de 2013, enquanto, em média, as demais Unidades Judiciárias da 4ª Região apresentaram redução de 2,91%.

Na fase de liquidação, houve aumento de 33,58% no número de liquidações pendentes em 2014, enquanto o índice de congestionamento da Unidade Judiciária alcançou 43,74%, aproximando-se do congestionamento médio apurado na 4ª Região, de 44,16%. Em junho de 2015, o congestionamento média da unidade correccionada (66,56%) superava o congestionamento médio regional (58,84).

Já no pertinente à fase de execução, a Unidade Judiciária reduziu em 21,04% o número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, enquanto na 4ª Região houve redução média de 5,57%. O estoque de processos pendentes da fase de execução recuou 1,71%, enquanto na 4ª Região verificou-se queda de 2,50% no acervo de processos pendentes da fase de execução. A taxa de congestionamento da unidade na fase de execução, de 71,50% em 2014, e 82,68% em junho de 2015 manteve-se próxima do congestionamento médio da 4ª Região, de 70,81% e 83,77%, respectivamente.

Observou-se que as Metas 1/2014 e 5/2014 do CNJ não foram atendidas pela Unidade Judiciária, e os dados colhidos até junho de 2015 indicam probabilidade de não atingimento das Metas 1/2015 e 5/2015. Em contrapartida, a Unidade Judiciária atendeu as Metas do CNJ anteriores a 2014, e as Metas 2/2014, 6/2014, 2/2015 e 6/2015. Quanto às Metas 2/2015 e 7/2015, bem assim das Metas específicas para a Justiça do Trabalho, o período de apuração ainda não se completou.

A respeito do prazo de tramitação dos processos, constatou-se aumento médio de 3,02% na fase de conhecimento. Nos processos do rito sumaríssimo transcorreram cerca de 31,33 dias do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, e nos de rito ordinário cerca de 196,77 dias. No mesmo período de apuração, verificou-se na 4ª Região que o prazo médio de tramitação processual na fase de conhecimento foi de 93 dias nos processos sumaríssimos e 245 dias nas ações ordinárias.

Na fase de liquidação, o prazo de tramitação processual, em 2014, alcançou 375 dias nos processos sumaríssimos e 156,69 dias nas ações ordinárias, enquanto o prazo médio regional foi de 185 dias nas ações sumaríssimas, e 220 dias nos processos ordinários. Para 2015, os dados colhidos até junho indicam redução do prazo médio na unidade correccionada nos processos ordinários, não se obtendo dados do sistema e-Gestão acerca do prazo médio nos processos sumaríssimos.

No pertinente à fase de execução, o prazo de tramitação processual alcançou 435 dias quando o executado é ente privado, e recuou para 1.032 dias quando a execução é contra ente público, prazos menores que os



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

apurados nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, de 596 e 1.091 dias, respectivamente.

Verificou-se ainda que no ano de 2014, na Unidade Judiciária, o prazo médio para realização das audiências iniciais, tanto nos processos submetidos ao rito sumaríssimo quanto nas ações de rito ordinário, permaneceu próximo do lapso que se tem por adequado (até quarenta dias) para unidades desse porte. Na data da inspeção correcional, 19.8.2015, a pauta inicial estava em 15 dias para audiências em processos sumaríssimos e 30 dias nas ações ordinárias, ainda que, em junho de 2015, os dados do e-Gestão tenham apontado prazo médio de 55 dias para audiências iniciais nas ações ordinárias. Já no pertinente ao prazo médio em que realizadas as audiências de prosseguimento, apurou-se que na data da inspeção correcional, 19.8.2015, situava-se entre 165 e 210 dias, dentro do prazo que se tem por razoável para unidades com semelhante movimentação processual, que é de até 240 dias.

No pertinente aos processos eletrônicos, verificou-se que são movimentados regularmente, que a designação de audiências iniciais observa o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria e que as pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa têm organização adequada.

Nota-se, outrossim, que a exclusão da lista do BNDT daqueles que já quitaram seus débitos, em que pese alguns atrasos pontuais, como regra, **tem** recebido atenção adequada pela Unidade Judiciária, essencial como forma de disseminação positiva da viabilidade, efetividade e respeitabilidade desse sistema.

Verificou-se, ainda, a partir do exame, por amostragem, dos autos físicos, que a Unidade Judiciária tem atendido aos prazos legais para prática dos atos processuais, exceto atrasos pontuais, de regra verificados em períodos de férias ou licenças de servidores. Na data da Correição, os prazos, em regra, estavam sendo atendidos, denotando empenho por parte dos magistrados e dos servidores em atender às demandas da Unidade.

## **12 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.4.3. (BNDT)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária continue efetuando a conferência e, quando o caso, a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos processos relacionados no item 3.4.3, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos.

### **ITEM 3.5 e 6.9 (Incidentes Processuais)**



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Determina-se que, em relação aos processos elencados nos itens 3.5 e 6.9, a Secretaria realize cotejo entre os andamentos lançados no sistema informatizado e a movimentação efetiva dos processos (tanto físicos quanto eletrônicos), lançando andamentos de entradas, conclusão e saídas dos incidentes processuais para correção das informações do sistema e-Gestão.

Recomenda-se, ainda, que periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

#### **ITEM 5.3.1. (Meta CNJ 1 - 2015)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 1/2015, julgando mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015, considerando-se que a Meta CNJ 1/2014, de igual conteúdo, já não foi cumprida pela Unidade Judiciária (item 5.2.1), e que os dados parciais de 2015, colhidos até 31.8.2015, apontam tendência de manutenção do quadro

#### **ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 – 2015)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 5, baixando, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução.

#### **ITEM 5.3.5 (Meta CNJ 7 – 2015)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 7, identificando e reduzindo, até 31.12.2015, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

#### **ITEM 5.3.6 (Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015)**

Recomenda-se que a Unidade tome as medidas necessárias para reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014, bem como aumente, em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento em relação à média do biênio 2013/2014.



### **ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo Médio – Audiências Iniciais e Audiências de Encerramento da Instrução)**

Recomenda-se que os prazos médios para a realização das audiências iniciais sejam mantidos em até 40 dias, que se tem por adequado para unidades desse porte.

Com relação às audiências de prosseguimento para fins de encerramento da instrução recomenda-se, de igual forma, seja observado para que não ultrapasse 240 dias, razoável para unidades com semelhante movimentação processual.

### **ITENS 7.10.1 e 7.10.2 (“Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias” e “Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias”)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

### **ITEM 7.10.3 (“Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias”)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

### **ITEM 8.1 (“Análise dos Processos Físicos”)**

Atente, ainda, a Secretaria para as seguintes determinações e recomendações:

- a) proceda aos lançamentos obrigatórios no inFOR bem como daqueles que importem alteração de fase e repercutam no e-GESTÃO, como os andamentos relativos ao recebimento de recurso, homologação de liquidação e extinção da execução;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG/TST) e evitando lacunas e espaços em branco e múltipla escolha (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificados os signatários (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG/TST), vedado seu lançamento em verso de documento (art. 69 do CPCR);
- c) sempre que recebidas petições e/ou documentos ou praticados atos processuais enquanto os autos estiverem fora de Secretaria, providencie



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

a formação dos autos provisórios, observando o procedimento previsto no art. 105, §1º, da CPCR;

- d) certifique as datas de vencimento dos prazos (art. 776 da CLT);
- e) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC.

## **ITEM 8.2 (Andamentos no inFOR)**

Determina-se que a Unidade Judiciária observe o lançamento adequado dos andamentos no inFOR, a fim de evitar as práticas irregulares apontadas.

## **ITEM 9 (PJe-JT)**

Recomenda-se:

- a) que a notificação às partes das datas de audiências seja realizada com presteza, assim que realizada a triagem inicial e análise de prevenção pela Coordenadoria de Controle da Direção do Foro;
- b) sejam mantidos atualizados os dados constantes sob os “agrupadores” do PJe, procedendo à exclusão manual dos processos em que já foi dado andamento;
- c) providencie o exame e cumprimento das pendências com mais de quinze dias existentes nas caixas “aguardando cumprimento de providência - execução”, “aguardando término dos prazos” e “controle manual prazo pós sentença”.

Recomenda-se, ainda:

- que os processos que retornem do TRT ou TST à Unidade Judiciária com necessidade de inclusão em pauta sejam priorizados, com designação de audiência em prazo breve.

- que a Unidade Judiciária, sempre com a maior brevidade possível, encaminhe os equipamentos e móveis que já não tenham serventia à Coordenadoria de Controle da Direção do Foro com vista ao desfazimento desses bens, via doação a entidades e órgãos públicos, presentes as disposições do Decreto 99.658/1990.

## **13 PRESENCAS**



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Vice-Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho da Comarca, no dia 18.8.2015, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho, sem que comparecessem advogados.

Compareceram para entrevistar a Vice-Corregedora o Sr. Cristiano Vargas, do Jornal Panorama e Rádio Taquara, e a Sra. Mariana Halmel, do Jornal NH.

#### **14 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

#### **15 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelos Juízes titular Luis Fettermann Bosak, e substituto Osvaldo Antônio da Silva Stocher, pela Diretora de Secretaria Kenia Varela Albrecht, e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Nádia Beatriz Dadalt, Assessora do Gabinete da Desembargadora Vice-Corregedora, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice-Corregedora Regional.

**CARMEN GONZALEZ**  
**Vice-Corregedora Regional**